

RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.590 - SP (2017/0205770-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADOS : CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436
JANAINA CASTRO DE CARVALHO E OUTRO(S) - DF014394
EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(S) - DF009378
RECORRIDO : ELIANE MENDES DA SILVA
RECORRIDO : SECUNDINA FRANCELINA DA SILVA
ADVOGADO : LAURO HENRIQUE BARDI - SP345042

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravo de instrumento. Obrigação de fazer. Tutela antecipada. Fornecimento de dados relativos à publicação de vídeo no Facebook, inclusive dos posteriores compartilhamentos privativos e seus respectivos comentários. Providências necessárias para identificação de eventuais ofensores. Indicação da URL. Dispensabilidade. Documentos juntados aos autos suficientes à identificação dos perfis. Astreintes. Previsão de bloqueio on-line em caso de descumprimento da liminar. Ausência de prejuízo atual. Decisão mantida.

Recurso a que se nega provimento." (e-STJ, fl. 426)

Opostos embargos de declaração, foram desprovidos (e-STJ, fls. 450/454)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 17, 300, 537 e 1.022, do CPC e 3º, 8º, 15, 19 e 22, da Lei 12.965/14 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) negativa de prestação jurisdicional; (b) inexistência do dever legal de armazenamento do conteúdo de comunicações de usuários; (c) que não estão presentes os requisitos ensejadores da medida liminar.

É o relatório. Passo a decidir.

Em relação à alegada violação dos arts. 300 e 1.022 do CPC/2015, o recurso não procede.

Extrai-se dos autos que a parte recorrida ajuizou ação de obrigação de fazer

em desfavor da parte recorrente, ocasião em que pleiteou o deferimento de tutela de urgência para obtenção dos dados das 64 publicações de um vídeo, no qual, ambas aparecem lavando a calçada de sua residência durante a chamada “Crise Hídrica” que atingiu o estado de São Paulo, com o escopo de, futuramente, manejarem ação indenizatória contra aqueles que tenham proferido comentários injuriosos e ofensivos.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, mantendo o deferimento da tutela antecipada, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 428):

"Deferida integralmente a antecipação de tutela, insurge-se o requerido contra parte da decisão, sem sucesso, contudo.

Precipuamente, incumbe destacar que cabe analisar neste momento processual apenas a existência ou não dos requisitos autorizadores da antecipação os efeitos da tutela, sob pena de se antecipar o julgamento de mérito, sem a observância do devido processo legal.

Como se sabe, para a antecipação dos efeitos da tutela a lei exige a observância de certos requisitos, nos termos do art. 273 do CPC. Dessa forma, cabe à parte requerente demonstrar a verossimilhança da alegação fundada em prova inequívoca, além da presença de um dos pressupostos específicos:

possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, ou abuso de direito de defesa, ou manifesto propósito protelatório do réu. Simultaneamente, reclama a ausência do requisito negativo consistente no perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

“In casu”, não se vislumbra a desnecessidade propalada pelo agravante quanto ao fornecimento dos dados solicitados.

Antes, tem-se que, para obtenção de conjunto probatório à propositura de futura ação indenizatória, os informes requeridos pelas autoras se afiguram necessários, ainda que, parte deles, seja de caráter público, quanto mais pela transitoriedade das publicações e atividades praticadas nas redes sociais.

Quanto aos dados relativos aos compartilhamentos realizados privativamente, tem-se que, igualmente, melhor sorte não lhe assiste.

Se as autoras pretendem acionar todos aqueles que lhes ofenderam, necessitam ter ciência de quem eventualmente lhes ocasionou tal dano.

Desse modo, justificável que o requerido traga os informes acerca daqueles usuários que compartilharam o vídeo e dos respectivos comentários lançados, exatamente para que as agravadas, cientes

de seu conteúdo, possam litigar contra quem lhes tenha ofendido.."

Como visto, a Corte local analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, de modo que não há como reconhecer qualquer omissão ou falta de fundamentação no acórdão atacado.

O Tribunal *a quo* reconheceu, a propósito, a presença da verossimilhança das alegações, bem como perigo de lesão grave, de difícil reparação. Nesse contexto, afastar a conclusão adotada no acórdão recorrido, à luz das provas contidas nos autos, tal como pretendido pela parte recorrente, é providência que no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. A propósito, sirva de ilustração o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 14/12/2017)*

A mais disso, à luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ firmou-se no sentido de que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Superior Tribunal de Justiça

Noutro vértice, a alegação de violação dos arts. 17 e 537, do CPC e 3º, 8º, 15, 19 e 22, da Lei 12.965/14 não merece ser conhecida, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que a única ofensa a dispositivo de lei federal passível de análise em recurso especial interposto contra decisão que nega ou concede medida cautelar ou antecipação de tutela é somente aquela que diz respeito aos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, sendo inviável eventual discussão relacionada com o mérito da ação principal.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator